

**ESCRITA DE MULHERES NA ANTROPOLOGIA:
DAS ANTROPÓLOGAS CLÁSSICAS ÀS ANTROPÓLOGAS INDÍGENAS**

***Writing by women in Anthropology:
from classic to indigenous anthropologists***

***Escritura hecha por mujeres en Antropología:
de las antropólogas clásicas a las antropólogas indígenas***

Louise Caroline Gomes Branco
Mestre em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: louise.gomes25@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 16, 2024, e01614, p. 1-28

ISSN 2447-9837



RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a produção do conhecimento antropológico e como ele vem sendo modificado pelas mulheres que o produzem. Para isso, apresento a trajetória de seis antropólogas que ocuparam espaços de poder e subalternização distintos, e que contribuíram com escritas e metodologias para a antropologia. Parto de autoras clássicas, Margaret Mead e Ruth Benedict. Em seguida, dialogo com o processo criativo da escrita de Zora Neale Hurston e Ruth Landes, mulheres que não ganharam *status* de cânone antropológico. Por fim, apresento a produção de duas antropólogas indígenas, Tayse Campos da Silva e Sandra Benites, que estão repensando suas comunidades e contribuindo com outras epistemologias. Concluo demonstrando a importância da incorporação de métodos e referências de pessoas indígenas, negras e periféricas, para transformar a universidade e a antropologia.

PALAVRAS-CHAVE:

Antropologia. Escrita. Mulheres Indígenas. Teoria Clássica.

ABSTRACT:

The objective of this paper is to analyze the production of anthropological knowledge and how the women who produce it have modified it. To this end, I present the trajectory of six anthropologists who occupied different spaces of power and subordination, and who contributed with writings and methodologies to Anthropology. I come from classic authors, Margaret Mead and Ruth Benedict. Then, I dialogue with the creative writing process of Zora Neale Hurston and Ruth Landes, women who did not gain status in the anthropological canon. Finally, I present the production of two indigenous anthropologists, Tayse Campos da Silva and Sandra Benites, who are rethinking their communities and contributing to other epistemologies. I conclude by demonstrating the importance of incorporating methods and references from indigenous, black and peripheral people, to transform the university and Anthropology.

KEYWORDS:

Anthropology. Writing. Indigenous Women. Classical Theory.

RESUMEN:

El objetivo de este artículo es analizar la producción de conocimiento antropológico y cómo éste ha sido modificado por las mujeres que lo producen. Para ello, presento la trayectoria de seis antropólogas que ocuparon diferentes espacios de poder y subordinación, y que contribuyeron con escritos y metodologías a la Antropología. Presento autoras clásicas, Margaret Mead y Ruth Benedict. Luego, dialogo con el proceso de escritura creativa de Zora Neale Hurston y Ruth Landes, mujeres que no ganaron estatus en el canon antropológico. Finalmente, presento la producción de dos antropólogas indígenas, Tayse Campos da Silva y Sandra Benites, que están repensando sus comunidades y contribuyendo a otras epistemologías. Concluyo demostrando la importancia de incorporar métodos y referentes de indígenas, negros y periféricos, para transformar la universidad y la Antropología.

PALABRAS CLAVE:

Antropología. Escritura. Mujeres indígenas. Teoría Clásica.



INTRODUÇÃO

A escrita de mulheres na antropologia não surgiu agora. Ela vem sendo realizada desde a chamada antropologia clássica, entretanto, nem todas as antropólogas receberam a mesma visibilidade. A crítica à produção do conhecimento antropológico aqui apresentada vai no sentido de que este, por muitas décadas, se constituiu como um conhecimento predominantemente masculino, branco e heterossexual. Com o objetivo de desarticular e evidenciar outras produções, trago um conjunto de trabalhos de mulheres plurais, desde clássicas até indígenas antropólogas que, na contemporaneidade, estão disputando o espaço da antropologia como território de saber que precisa ser desconstruído.

Nesse sentido, apresento as trajetórias de seis mulheres antropólogas que ocuparam diferentes espaços de poder e também de subalternização, mas que desenvolveram escritas, teorias e metodologias para a disciplina. Além disso, mediante reflexões que surgem pela condição de gênero, elas trazem aspectos que podem ser analisados a partir da intersecção entre gênero, raça, etnia e classe social.

O objetivo deste artigo é analisar a produção do conhecimento antropológico e como ele vem sendo alterado pelas mulheres que o produzem. O intuito é compreender como tal produção é constantemente atualizada e como novos saberes são incorporados à disciplina. Além disso, busco compartilhar um pouco da trajetória de mulheres que, ao meu ver, não foram suficientemente estudadas nas graduações e pós-graduações em Ciências Sociais e Antropologia, sobretudo no Brasil.

Para demonstrar de que lugar surge o interesse em falar sobre o tema, preciso contar um pouco da minha trajetória acadêmica. Ao cursar a disciplina de teoria clássica no curso de Antropologia Social, no meu primeiro ano de doutorado, me senti provocada a pensar quais seriam as conexões e desconexões entre autoras sobre as quais tive a oportunidade de me debruçar durante as aulas. A ementa do curso tinha como objetivo apresentar, para os estudantes de pós-graduação, o contexto histórico da estruturação da antropologia enquanto uma ciência moderna, destacando diferentes correntes teóricas: evolucionismo, escola boasiana de cultura e personalidade, escola de Chicago, interacionismo simbólico, escola sociológica francesa, antropologia social britânica e, por último, o estruturalismo lévi-straussiano.

O curso ofereceu aos estudantes uma reflexão sistemática sobre as metodologias de pesquisa antropológica ao articular autores e diferentes escolas ou correntes de pensamento, assim como possibilitou a compreensão acerca do contexto sócio-histórico e das biografias de cada autor estudado. Ao finalizar a disciplina,



percebi que, em um total de 65 textos obrigatórios e complementares em formatos de artigos e capítulos de livros, só havíamos lido quatro mulheres, Margaret Mead, Ruth Benedict, Ruth Landes e Zora Neale Hurston. As duas últimas foram recentemente incluídas nas ementas de teoria antropológica clássica como resultado de reivindicações por uma maior diversidade racial e de gênero nos estudos clássicos.

Ao perceber que havia estudado quatro mulheres antropólogas do século XX, comecei a me perguntar e a imaginar quais teriam sido seus principais desafios e suas principais contribuições para o pensamento antropológico. Quem elas liam? Quem as influenciou? Quais eram seus contextos sociais e políticos? Quais os atravessamentos cotidianos em suas escritas antropológicas? Mesmo em um período marcado pelo que ainda hoje é considerado o principal fazer da antropologia, o estudo do *Outro*, o que elas teriam produzido de diferente pelo fato de serem mulheres, e, no caso de Zora Neale Hurston, pelo fato de ser uma mulher negra norte-americana?

Essas inquietações não foram suficientes para elaborar as linhas que vocês lerão a seguir. Aqui, em meio a esforços e ousadias, dou um passo a mais e incluo autoras contemporâneas, que são mulheres indígenas na antropologia. Nesse sentido, as perguntas e provocações se ampliaram: será que estamos lendo algo além de autoras clássicas/canonizadas? Quais são os conhecimentos produzidos na atualidade que são considerados antropológicos? Os saberes das mulheres indígenas, que cursam ou cursaram antropologia, estão sendo incluídos nas ementas dos cursos, ou, ao menos, são percebidos como contribuições para a ciência antropológica? Partindo dessas observações, juntei seis antropólogas de contextos sociais, culturais e geográficos diferentes, com o objetivo de dialogar com suas produções acadêmicas e trajetórias pessoais. Afinal, “o pessoal é político”, como nos diz o lema do movimento feminista que, sem dúvida, contribui para a elaboração de uma ciência diferenciada.

Neste artigo, analisarei as autoras tidas como clássicas e influenciadoras da escola de cultura e personalidade, a saber, Margaret Mead e Ruth Benedict, discípulas de Franz Boas. Meu objetivo é destacar não apenas seus métodos e contribuições para a antropologia, mas também estabelecer conexões com o percurso de outras duas autoras, Ruth Landes e Zora Neale Hurston. Essas últimas, embora tenham características distintas, como estilo literário e interesses de pesquisa, foram ignoradas e não receberam o mesmo reconhecimento na disciplina, devido a diferentes obstáculos em suas trajetórias de vida.

Por fim, optei por incluir no debate a produção recente de duas antropólogas indígenas, Tayse Campos da Silva e Sandra Benites, que, a partir do campo da antro-



pologia, estão estudando suas comunidades indígenas por meio de epistemologias próprias, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico. A escolha de abordar os trabalhos de Tayse Campos da Silva é fundamental na proximidade com a minha realidade, uma vez que fomos colegas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Além disso, destaco sua atuação militante e importância para os povos indígenas do Rio Grande do Norte e do Nordeste. É importante que a produção de Silva seja lida e referenciada, especialmente no contexto de suas contribuições à antropologia do e no Nordeste, considerando a singularidade do seu olhar como mulher indígena.

Como contraponto, optei por explorar o trabalho de Sandra Benites, uma figura de influência na antropologia brasileira, que não é costumeiramente lida, e que contribui significativamente para a museologia, ao desempenhar um papel ativo nos processos de curadoria. Sua formação no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a posiciona como uma voz dissonante em um centro de poder que, nos últimos anos, em decorrência de políticas de ações afirmativas, tem se aberto cada vez mais para a produção intelectual de homens e mulheres indígenas.

Entender a contribuição das mulheres e visibilizar suas categorias teóricas não é um exercício original deste texto. Isso já vem sendo possível a partir da crítica feminista e da inserção de outros sujeitos nos espaços de produção científica. De acordo com Cecília Maria Sardenberg (2007), a crítica à ciência moderna tem se constituído como um dos principais pontos das agendas feministas. Conforme a autora, tal crítica não se resume apenas à denúncia da exclusão e da invisibilidade das mulheres no campo da ciência, mas também ao pensamento dicotômico que conecta objetividade, racionalidade, razão e neutralidade ao masculino, e, por outro lado, a subjetividade, irracionalidade, emoção e parcialidade, ao feminino. Além das feministas, as teóricas pós-modernas também apontaram para a crítica aos conceitos iluministas que primavam pela neutralidade e objetividade da ciência (Sardenberg, 2007).

Por conseguinte, considero pertinentes as críticas feministas, já que suas análises permitem reforçar que nenhum conhecimento se constrói baseado na neutralidade ou partindo de uma verdade pura. Nas palavras de Sardenberg: “todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social, histórico, cultural e político específico, refletindo não a ‘verdade’, mas o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos” (2007, p. 16).



REPENSANDO A CATEGORIA “MULHER” E O EPISTEMICÍDIO

Para discutir sobre as contribuições dessas mulheres, é preciso recuperar os estudos feministas que falam sobre a categoria “mulher”. De acordo com Adriana Piscitelli (2002), essa categoria surgiu a partir do feminismo radical, que desconsiderava as questões de classe e raça e apenas afirmava que a opressão acontecia simplesmente por serem mulheres. Essa ideia sustentou o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos coletivos, como se a condição de ser mulher fosse primária em relação a outras condições – como classe, raça, sexualidade, entre outras. Desse modo, o feminismo radical pensava a categoria “mulher” a partir de características biológicas e aspectos socialmente construídos (Piscitelli, 2002).

Ainda na perspectiva do feminismo radical, surgiu a argumentação de que a dominação masculina excluía as mulheres de diferentes esferas da organização social, histórica, política e científica. As mulheres eram e, em alguma medida, ainda são excluídas da história oficial, bem como da política e da produção teórica e acadêmica sobre diversas realidades sociais. Essa exclusão trouxe consequências para a ciência de forma geral, e, nesse sentido, acadêmicas feministas passaram a criticar e revisitar as produções das suas disciplinas – história, antropologia, sociologia, educação, entre outras áreas – questionando como teria sido se essas ciências tivessem considerado o ponto de vista das mulheres (Piscitelli, 2002).

Essas ideias do feminismo radical tiveram relevância em seu tempo. Entretanto, desde a década de 1980, outros feminismos passaram a discutir a categoria gênero e não mais a categoria “mulher”, uma vez que essa última foi criada a partir de essencialismos biológicos e não por conta de construções sociais do que é ser mulher (Piscitelli, 2002). Os estudos sobre as múltiplas opressões contra as mulheres continuaram, mas não se restringiriam apenas a uma categoria identitária e universal. O conceito de gênero ampliou e englobou as diferentes conformações identitárias, assim como considerou os múltiplos atravessamentos e opressões sociais, culturais e políticos do que é o “feminino”. Atualmente, as discussões sobre gênero buscam sair do binarismo homem/mulher e desnaturalizar a associação entre sexo/gênero. As críticas vão no sentido de insistir que o gênero é uma construção social, e que é necessário romper com os essencialismos de identidades como “mulheres” e “homens”, posto que isso é perigoso para o pensamento feminista e científico de forma geral (Piscitelli, 2002).

Por outro lado, o feminismo negro e a produção de teóricas negras, lésbicas, africanas e latino-americanas vêm problematizando as concepções universalizantes de gênero e da opressão dita universal sofrida pelas mulheres. Oyèrónké Oyèwùmí,



no livro *A invenção das mulheres* (2021), afirma que a categoria “mulher”, como sujeito universal, é uma criação do Ocidente, e que ela não serve para pensar os povos lorubás. Em suas palavras:

Na medida em que meu trabalho e meu pensamento progrediam, percebi que a categoria ‘mulher’ – a qual é fundacional nos discursos de gênero ocidentais – simplesmente não existia na lorubalândia antes do contato mantido com o Ocidente. Não havia um tal grupo caracterizado por interesses partilhados, desejos ou posição social. A lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social (Oyěwùmí, 2021, p. 20).

Por isso, é importante trazer, neste artigo, outras leituras de estudos sobre mulheres que não se limitam aos feminismos brancos e ocidentais, pois é relevante, por exemplo, considerar e ecoar a percepção de mulheres indígenas sobre sua própria condição. As mulheres indígenas intelectuais estão a todo tempo elaborando reinterpretções da vida em comunidade, e suas principais reivindicações correspondem à garantia dos direitos individuais das mulheres, bem como dos direitos coletivos dos povos originários. Dessa forma, a categoria “mulher” utilizada neste texto não busca essencializar as narrativas e expressões de gênero, mas aspira a posicionar seus modos de fazer e de escrever na antropologia.

Mulheres negras, indígenas, trans, travestis, pessoas não binárias, lésbicas, bissexuais, entre outras, estão deixando de ser objetos de pesquisa antropológicos, ao passo que têm se tornado pesquisadoras de suas comunidades e de diferentes temáticas e interesses. Nesse sentido, é possível compreender que “a ciência não é neutra em relação às questões de classe, raça e gênero” (Guimarães; Oliver, 2017, p. 238). É preciso travar discussões no campo da ciência para uma produção – nesse caso, da antropologia – que tenha cada vez mais a nossa cara, que seja voltada para o povo e para os corpos que foram historicamente subalternizados.

Retomando a provocação de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) no texto *Pode o subalterno falar?*, quem são os subalternos na escrita antropológica? As mulheres brancas do período clássico da antropologia podem ser lidas como subalternas? E as mulheres que não foram citadas nesse mesmo período, estão também em condição de subalternidade na construção da disciplina antropológica? As mulheres indígenas que deixaram de ser objeto de pesquisa e passaram a ser pesquisadoras podem ser entendidas como sujeitos subalternos?

Entendo que, em alguns casos, não podemos falar que as autoras que serão apresentadas vivenciaram processos de subalternização. Já em outros casos, é possível conectar diferentes condições de subalternidade em contextos específicos, pois a antropologia está recheada de espaços de poder e de relações servis. Os sujeitos



subalternizados e colonizados estiveram, por muito tempo, acostumados a se verem como resultado de uma relação servil. Entretanto, é exatamente o processo de reinvenção e também de se colocar como produtores/produtoras do conhecimento científico acadêmico que os/as posiciona em um novo lugar de produção encarnada, sem a dicotomia entre razão e corpo ou entre sujeito e objeto (Messeder, 2020).

Durante muito tempo, a ciência até produziu conhecimento sobre as mulheres, porém, em muitos dos casos, não as aceitava como sujeitos ativos nas práticas científicas (Guimarães; Oliver, 2017). Na antropologia isso não foi diferente. No período clássico, poucas mulheres tiveram suas contribuições teóricas consideradas. Apesar de a ciência antropológica, em seus primórdios, ter sido desenvolvida por homens brancos, europeus e americanos, atualmente a maioria dos estudos antropológicos de gênero e de sexualidade no Brasil são desenvolvidos por mulheres. De 2008 a 2018, houve uma expansão dessa produção, dando evidência a diferentes contextos etnográficos, além do aprofundamento de abordagens teóricas já existentes (Franch; Nascimento, 2020).

As mulheres antropólogas dentro e fora do Brasil já não são mais vistas como sujeitos inativos no processo de construção do conhecimento, principalmente no que se refere aos estudos antropológicos sobre gênero e sexualidade, que contam com forte participação de antropólogas feministas. Tais estudos implicam não apenas a circulação e a produção de teoria no campo acadêmico, mas também incluem as reivindicações por direitos pelos movimentos feministas e pela diversidade sexual (Machado, 2014). Entretanto, ainda se faz necessário visibilizar as produções acadêmicas de mulheres indígenas que não necessariamente posicionam seus trabalhos no escopo dos estudos feministas, mas trazem as dimensões dos estudos e das lutas por território e por igualdade de gênero no interior de seus grupos e comunidades.

É preciso reconhecer que os estudos feministas e de gênero e sexualidade no Brasil, em sua grande maioria, têm cor e privilégio regional, já que as mais visibilizadas são as mulheres brancas do eixo Sul e Sudeste brasileiro. A produção de antropólogas negras e indígenas ainda não é suficientemente incluída nos currículos das graduações e pós-graduações em antropologia – por isso a importância de visibilizar tais produções nos estudos antropológicos. A antropologia parte do direito à diversidade cultural, já que este se conformou como um discurso globalizado e politizado (Machado, 2014), porém os pensamentos indígenas e o modo de sentir-pensar (Cabnal, 2010) ainda não são considerados científicos pela própria disciplina.

O percurso da escrita de mulheres na produção antropológica não só aponta para a reflexão das questões sobre gênero no interior da disciplina, mas também contribui para a construção de novos apontamentos teóricos que contemplem a plu-



ralidade no fazer antropológico. Não apenas as mulheres foram apagadas ou silenciadas pela ciência clássica, mas também é importante frisar que, até agora, a ciência apagou uma pluralidade de saberes e de fazeres de populações tradicionais e povos que descendem da diáspora africana. Tal apagamento, decorrente do genocídio dos povos originários e também dos africanos que foram sequestrados e trazidos para o Brasil, é denominado por Sueli Carneiro como epistemicídio, o qual foi definido por ela como um

[...] dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, consequentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

O epistemicídio é, portanto, o “processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro” (Carneiro, 2005, p. 96). Sueli Carneiro aponta que esse processo persiste na produção de indigência cultural e na negação do acesso à educação de qualidade. Além disso, produz a inferiorização intelectual por diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e o rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima diante dos processos de discriminação presentes no processo educativo formal (Carneiro, 2005). Não somente os negros vivenciaram e vivenciam o epistemicídio no Brasil, mas também os povos indígenas, povos tradicionais e também as populações periféricas, que não tiveram historicamente o mesmo acesso à educação formal.

Nesse sentido, este trabalho inclui, ao mesmo tempo, as mulheres antropólogas desde o que é considerado o período clássico até o que está sendo produzido na atualidade, e que merece ser lido e discutido nos cursos de Antropologia. A seguir, darei foco aos pressupostos teóricos-metodológicos das autoras em questão, suas principais contribuições e os desafios enfrentados por elas.

ANTROPÓLOGAS E A ESCOLA DE CULTURA E PERSONALIDADE

Apresentarei aqui a trajetória, os percursos e as construções teóricas de duas antropólogas que entraram para a história do pensamento antropológico, Margaret Mead e Ruth Benedict. Elas foram reconhecidas em suas vidas acadêmicas, porém tiveram que esconder sua bissexualidade para não serem discriminadas ou desprestigiadas pelos seus colegas da época e pela sociedade em que estavam inseridas (Castro, 2005).



Além disso, vale destacar que Ruth Benedict era uma pessoa surda desde a infância, informação esta que ficou por muito tempo oculta em sua trajetória (Mello, 2019). Anahí Guedes de Mello retoma essa informação para repensar “a forma como antropólogas e antropólogos concebem o método etnográfico, a partir do olhar e do ouvir, como formas privilegiadas de produção etnográfica” (2019, p. 53). A autora acredita que a sensibilidade antropológica de Ruth Benedict para pensar a deficiência e a anormalidade no contexto da antropologia cultural norte-americana a partir dos anos 1930 tem relação com sua condição pessoal de surdez; por isso, seus métodos foram outros diante da dificuldade de entrevistar nativos norte-americanos (Mello, 2019).

Destaco as particularidades da experiência das chamadas antropólogas “clássicas”, logo no início, para deixar evidente que, mesmo sendo mulheres brancas oriundas de países dominantes, essas particularidades lhes atribuíram outras formas de fazer antropologia. A seguir, falarei mais detalhadamente de suas vidas, contribuições e desafios.

Margaret Mead (1901-1978) foi uma proeminente antropóloga da escola de cultura e personalidade no século XX. Foi estudante de Franz Boas e realizou pesquisas sobre o comportamento de adolescentes entre os *Samoa*, apresentado no livro *Coming of Age in Samoa* (1943). Essa pesquisa foi feita por conta da preocupação de seu orientador em documentar as diferentes culturas ao redor do mundo antes que fossem exterminadas ou alteradas (Castro, 2005).

Em 1926, por indicação de Franz Boas, Margaret Mead passou a trabalhar no *American Museum of Natural History*, onde permaneceu como curadora até sua aposentadoria. Em 1935, a autora publicou sua renomada pesquisa intitulada *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas* (1988), um ano após a publicação de Ruth Benedict de *Padrões de cultura* (2013). As duas obras tiveram uma forte repercussão, tanto no mundo acadêmico quanto para o público mais amplo.

As duas autoras utilizavam uma perspectiva comparativa entre sociedades ditas primitivas. Margaret Mead, por exemplo, identificou padrões de comportamento dominantes em cada sociedade estudada em Nova Guiné – nos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli –, além de mostrar também como os indivíduos vistos como anormais/desviantes naquelas sociedades poderiam se adaptar a outras culturas. Na conclusão do seu livro, a autora critica a sociedade norte-americana no que se refere aos comportamentos e papéis sociais atribuídos aos sexos (Castro, 2005).

Já Ruth Benedict (1887-1948) defendeu seu doutorado em 1923 e foi assistente de Franz Boas em uma disciplina, na qual conheceu Margaret Mead. Além de antropóloga, Ruth Benedict se dedicava à escrita literária e utilizava pseudônimos em suas



obras. A autora estudou sociedades indígenas na Califórnia e nas planícies do Sudoeste americano, e, como já dito, sua principal obra foi *Padrões de cultura* (2013). Ruth Benedict se relacionou afetivamente com Margaret Mead. Embora defendessem o amor livre e a liberdade sexual, não assumiram a relação publicamente, com medo de isso interferir em suas carreiras profissionais (Castro, 2005).

Os principais pressupostos teórico-metodológicos de Margaret Mead dialogam com os de Ruth Benedict, já que ambas eram da mesma escola e discípulas diretas de Franz Boas. A necessidade de ruptura com a teoria-método evolucionista e o contexto histórico de um período entre guerras foram o ambiente fértil para a elaboração de uma perspectiva que se ocupou da cultura e da personalidade. Ou seja, elas estavam preocupadas em entender os padrões e comportamentos dos indivíduos a partir do relativismo e da não hierarquização das diferentes culturas.

Além da vontade de romper com o evolucionismo, Margaret Mead estava preocupada em desconstruir as afirmações evolucionistas em relação à condição das mulheres. Ela escreveu, em seu livro *Sexo e temperamento*, críticas ao pensamento evolucionista em relação àquilo que era chamado de diferença entre os sexos:

Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, seja qualitativa ou quantitativa, não se trata de saber se a mulher é mais instável do que o homem, como se pretendeu antes que a doutrina da evolução exaltasse a variabilidade, ou menos instável como se afirmou depois. [...] é um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento (Mead, 1988, p. 22).

A compreensão sobre a variabilidade de temperamentos, que não são fixados ou explicados pelo determinismo biológico e social, foi uma de suas principais contribuições para o pensamento antropológico. Críticas também foram traçadas por Ruth Benedict em relação à escola funcionalista de Malinowski. A autora afirmava que Malinowski se contentava em ressaltar os traços culturais a partir de um contexto cultural ocidental. As teorias do autor buscavam encontrar as funções sociais de determinados grupos, mas, na perspectiva de Ruth Benedict, não passavam de generalizações etnológicas. As pesquisas de Malinowski entre os Trobriandeses abordavam a lógica das obrigações recíprocas, o papel da magia e da família doméstica, e serviram para o desenho de um modelo que se pretendia ser geral e funcional para todas as sociedades primitivas. Porém, Ruth Benedict criticava a falta de reconhecimento da configuração cultural dos Trobriandeses, que não era apenas mais um de muitos tipos observados, mas tinha seus arranjos próprios nas diferentes esferas, como a econômica, a doméstica e a religiosa (Benedict, 2013).

Tanto Margaret Mead como Ruth Benedict estavam preocupadas com o sig-



nificado dos comportamentos em uma determinada cultura. Seus interesses teórico-metodológicos eram pelas configurações e características que padronizavam e condicionavam as reações emocionais e cognitivas de seus integrantes. Como base teórica das autoras, podemos ver o método histórico de Franz Boas, que afirmava que o caráter histórico singular do desenvolvimento cultural é fundamental para o reconhecimento das dinâmicas que devem ser atribuídas a causas sociais e psicológicas – que podem produzir resultados (Castro, 2005).

As autoras seguiram seu tutor no que diz respeito ao método histórico, já que ambas conseguiram que seus estudos fossem, em primeiro lugar, desenvolvidos em territórios geográficos bem definidos e descritos etnograficamente em termos de meio ambiente e entorno natural, social e cultural. Além disso, suas comparações não se estendiam além dos limites da área cultural estudada, pois as faziam com o intuito de estabelecer leis que governassem o desenvolvimento cultural. Foi a partir disso que Ruth Benedict desenvolveu os chamados *padrões de cultura*.

Ruth Benedict estudou morte, puberdade e casamento entre os chamados povos do Novo México, e Margaret Mead, a adolescência entre os Samoa, com o intuito de investigar como os comportamentos são moldados pelos costumes, ou seja, pelas culturas. Dessa forma, contribuíram para o desenvolvimento teórico no estudo dos costumes, que visavam a compreender qual era o papel dos costumes como modelador dos comportamentos psicológicos e sociais a partir das coletividades, além de como, na vida do indivíduo, se manifestavam processos de adaptações aos padrões e critérios transmitidos de uma geração para outra por meio de tradições (Benedict, 2005).

[...] desde o nascimento do indivíduo, os costumes da sociedade em que ele nasce moldam sua experiência e seu comportamento. Quando aprende a falar, ele é a pequena criatura de sua cultura, e quando se torna adulto e pode participar das atividades dela, os hábitos, as crenças e as impossibilidades dessa cultura são também os hábitos, as crenças e as impossibilidades dele. Toda criança que nascer no grupo desse indivíduo há de compartilhar tais hábitos, crenças e impossibilidades, e nenhuma criança nascida num grupo no lado oposto do mundo poderá adquirir sequer a milésima parte deles (Benedict, 2013, p. 16).

Sobre os padrões de cultura, Benedict afirma que são propósitos/comportamentos característicos de uma sociedade que não serão necessariamente compartilhados por outras. Em outras palavras, são configurações de crenças, conhecimentos, comportamentos e emoções, de uma dada sociedade, que se padronizam. Assim como as pessoas, as culturas são padrões de pensamento e ação mais ou menos coerentes. Não podemos presumir que existe uma separação entre cultura e indivíduo ou mesmo que estes sejam antagônicos entre si. Cada sociedade, por meio de hábi-



tos, comportamentos e tradições transmitidas entre gerações, tende a consolidar, em sua experiência, os aspectos heterogêneos do comportamento humano, os quais se convertem cada vez mais em congruentes, e caracterizam o que a autora chamou de processo cultural (Benedict, 2013).

É por meio do processo cultural que é possível conhecer os significados detalhados dos comportamentos, e é através do contexto de cada sociedade que o antropólogo pode determinar o padrão cultural, observando os motivos, as emoções e os valores que foram institucionalizados na sociedade estudada. A junção entre cultura e personalidade enriqueceu o debate antropológico da época, e Benedict demonstrou que não somente o indivíduo deve ser estudado para pensar o comportamento, mas também os grupos sociais. A psicologia individual seria incapaz de explicar todos os fatos que envolvem os costumes, e eram necessárias a história e a antropologia para explicitar tanto as padronizações do comportamento quanto os desvios (Benedict, 2013).

Sobre os desviantes ou desajustados, Margaret Mead apontou em seus estudos que, embora os indivíduos sejam considerados desviantes em um determinado padrão cultural, esses mesmos indivíduos podem se encaixar na sociedade vizinha geograficamente. Em *Sexo e temperamento* (1988), seu objetivo principal era entender como os temperamentos ditos femininos e masculinos eram determinados, se por diferenças biológicas ou por condições culturais. Margaret Mead também estava atenta aos condicionamentos das personalidades sociais dos dois sexos e concluiu que as diferenças de comportamento não estariam vinculadas naturalmente ao sexo; portanto, as variações corresponderiam a um processo social, cultural e educacional que influenciava as variações de temperamentos de ambos os sexos (Mead, 1988).

No que se refere aos desafios, Mead e Benedict tiveram apoios institucionais para a realização de suas principais pesquisas, além do apoio de seu orientador. Entretanto, mesmo com o prestígio acadêmico, foram duramente criticadas. Margaret Mead recebeu críticas em relação ao seu trabalho com as adolescentes em Samoa, feitas pelo antropólogo neozelandês Derek Freeman, que realizou uma pesquisa na mesma área no início da década de 1940. Este afirmou que a liberdade sexual descrita pela antropóloga não existia, desmerecendo-a como profissional. Vale ressaltar que tais críticas foram realizadas depois da morte dela, o que é ainda mais grave, já que isso não lhe permitiu nenhum direito de resposta (Felippe; Oliveira-Macedo, 2018).

Já Ruth Benedict foi criticada em seu trabalho sobre a sociedade japonesa que resultou no livro *O crisântemo e a espada* (2002), tendo em vista que foi resultado uma pesquisa encomendada pelo governo dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de entender os comportamentos e costumes do país



inimigo. Impedida de ir a campo devido à guerra, o livro foi visto como generalista, pois a autora se baseou em fontes escritas, produções artísticas sobre o Japão e algumas entrevistas feitas com imigrantes e descendentes de japoneses que moravam nos Estados Unidos. Para seus críticos, o trabalho tinha uma visão homogênea sobre a cultura japonesa, e a autora não teria autoridade etnográfica, já que não realizou trabalho de campo. Sem dúvida, Mead e Benedict são reconhecidas como pioneiras em uma abordagem da escrita centrada no ponto de vista feminino. São inovadoras, já que, desde os evolucionistas, a antropologia era uma disciplina predominantemente masculina. Seus escritos foram os primeiros a explorar a condição das mulheres, mesmo que a partir de estudos sobre “sociedades distantes”. Ao refletirem sobre as sociedades a serem colonizadas, começaram a reavaliar sua própria sociedade, questionando o papel das mulheres no contexto ocidental.

O conceito de padrões culturais foi fundamental para questionar a naturalização de práticas sociais, especialmente no que diz respeito às diferenças de gênero. Elas criticaram diretamente a sociedade ocidental do século XX, que subjugava as mulheres em várias áreas da vida, seja profissional ou privada. Além disso, levantaram questionamentos sobre a desigualdade econômica e acadêmica entre homens e mulheres no contexto em que estavam inseridas (Mead, 1988).

ANTROPÓLOGAS E OS ESTUDOS SOBRE RAÇA

As trajetórias de Zora Neale Hurston e Ruth Landes são diferentes das antropólogas do tópico anterior. Mesmo que também estivessem vinculadas a Franz Boas, não gozaram da mesma visibilidade e do prestígio de Margaret Mead e Ruth Benedict. Apenas recentemente passaram a ser incluídas nos estudos da teoria clássica antropológica nos cursos de graduação e pós-graduação de algumas universidades federais e estaduais brasileiras (Basques, 2019a; Branco et al., 2018). Falarei a seguir um pouco da trajetória e das contribuições dessas autoras.

Zora Neale Hurston (1891-1960) foi uma mulher afro-americana, nascida no estado do Alabama, Estados Unidos. Em 1894, se mudou para Eatonville na Flórida. Se graduou como doutora em Antropologia na Universidade Barnard, em 1935, onde foi orientanda de Franz Boas; porém, não teve o mesmo *status* de cânone acadêmico como Mead e Benedict, nem a mesma proximidade com seu orientador. Além de antropóloga, Hurston era ensaísta, romancista, trabalhava com peças teatrais e também com audiovisual.

De acordo com Messias Basques (2019b), *Barracoon* (2018) foi o primeiro livro



escrito por Zora Neale Hurston. Trata-se de um manuscrito sobre a vida de Kossola, um jovem de Isha (povo de língua lorubá) que, com 19 anos, em julho de 1860, chegou aos Estados Unidos como resultado do tráfico negreiro em um navio de nome Clotilda. Messias Basques narra o encontro entre Kossola e Hurston:

[...] quase cinquenta anos depois, Kossola recebeu em sua casa a antropóloga Zora Hurston, a quem confiou suas memórias e a tarefa de divulgá-las em um livro sobre a sua vida. Foram três meses de conversas, entrevistas e passeios de carro, além de ocasiões em que compartilharam, em silêncio, a companhia um do outro, provando os pêssegos da estação e pedaços de presunto, com os quais Zora presenteava o amigo ao retornar de viagem, dando início a uma nova etapa da pesquisa. São as palavras do griô que permitiram o encontro de duas pessoas marcadas pelo desterro. Mas não se trata apenas de um encontro além-mar, pois também permitiu, como diria o poeta martinicano Aimé Césaire (2012) ‘um retorno à terra natal’ [...] (Basques, 2019b, p. 317).

Barracoön (2018) narra a história de vida de Kossola reconhecendo sua voz de narrador no texto. Zora Neale Hurston não o tratava como informante, o que era comum para os antropólogos de sua época, mas ela já trazia, em seus escritos, a polifonia e o diálogo entre a voz do sujeito estudado e sua voz como antropóloga (Basques, 2019b). Outros escritos literários de Zora Neale Hurston traziam a crítica à questão do apadrinhamento de brancos em relação aos negros nos Estados Unidos. Em seu texto chamado “O sistema ‘negro de estimação’” (2021a), ela fala criticamente sobre o tema, ao dizer que:

[...] todo o homem branco possuirá a autorização para domesticar um Negro. Sim, ele tomará um homem negro para si próprio para acariciar e estimar e esse mesmo negro será perfeito aos seus olhos. Nem o ódio entre as raças dos homens, nem as condições de luta nas cidades muradas, diminuem o orgulho e o prazer de ter seu próprio Negro (Hurston, 2021a, p. 92).

As palavras de Hurston são uma provocação e crítica antirracista no contexto da sociedade norte-americana da década de 1940. De acordo com Messias Basques (2019a), Zora Neale Hurston não deve ser vista como uma autora cuja obra se resume ao período de institucionalização da antropologia nos Estados Unidos. Sua trajetória deve ser compreendida como um trânsito inovador e bem-sucedido entre etnografia e ficção. Ela foi uma antropóloga que esteve à frente de seu tempo e, por isso, seus escritos nos permitem repensar a própria história da disciplina, ao questionar os métodos canonizados e nossa forma de escrita. Em sua obra *Barracoön* (2018), há um exercício que só foi levantado cinquenta anos depois pela antropologia pós-moderna, que preza pela cumplicidade e pelo diálogo entre interlocutor(a) e antropólogo(a) (Basques, 2019b).

Outras pesquisas foram realizadas por Zora Neale Hurston na cidade de Eaton-



ville. Lá ela estudou os costumes, danças e histórias de seu próprio povo, que foram apresentados no livro *Mules and Men* (1935). Além disso, pesquisou, no Caribe, a religiosidade afro-caribenha, o vodu, que deu origem ao livro *Tell My Horse: voodoo and life in Haiti and Jamaica* (1938). Como escritora, produziu aproximadamente onze contos e quatro romances, dentre os quais o mais famoso (e que também foi traduzido para o português) se chama *Seus olhos viam Deus* (2021b). Seu contexto histórico foi marcado pela segregação racial nos Estados Unidos e pelo Renascimento do Harlem, movimento artístico cultural afro-americano entre 1920 e 1930. Zora Neale Hurston era uma intelectual de vanguarda, à frente do seu tempo, que lutava pela valorização da cultura negra e expressava, em seus escritos, o orgulho de sua comunidade. Seu estilo literário conta com o “jeito negro de dizer”, que pode ser associado ao que Lélia González, no Brasil, definiu como o pretuguês (Basques, 2019b).

A obra de Zora Neale Hurston, a princípio, estaria teoricamente enquadrada no particularismo histórico, assim como Margaret Mead e Ruth Benedict, porém, sua proposta teórica-metodológica divergia dos pressupostos dessa tradição antropológica. Seu livro *Mules and Men* (1935) visou a desenvolver o que Boas determinava como uma pesquisa em um lugar geográfico pequeno e bem definido, com objetividade e distanciamento entre o campo e o antropólogo; mas, no caso de Hurston, a autora não conseguiu se limitar a atingir a dita neutralidade. Sua escrita e seu método eram atravessados pelo seu lugar de pertencimento no mundo. Hurston evidenciou que o seu pertencimento ao grupo havia sido importante para obter a aceitação de seus companheiros de infância e entender o inglês falado por eles (Bemerguy, 2021).

Dessa forma, os pressupostos do distanciamento e da objetividade não se concretizaram no trabalho da autora. Sua proposta de trabalho de campo era estudar o grupo que se sentia “em casa” e do qual era “nativa”, o que, sem dúvida, rompia com o princípio da alteridade do estudo sobre os *Outros*. Seu estilo literário dava vida à sua subjetividade negra, pois era marcado pela dimensão encarnada (Nascimento, 2019), no qual o próprio corpo da autora, enquanto mulher negra, passava pelas narrativas contadas em sua obra.

As principais contribuições de Zora Neale Hurston, chamada por Alice Walker de uma “gênia do Sul”, inovaram a antropologia, mesmo que não tenham tido reconhecimento à época em que foram publicadas. Atualmente, suas obras vêm sendo resgatadas por professores e estudantes de Antropologia que estão interessados em visibilizar sua trajetória. De acordo com Ana Gretel Böschemeier et al. (2020), Hurston enfrentou suas próprias dores e potencializou sua produção partindo de um posicionamento epistemológico que refletia sua condição de mulher negra em um mundo misógino e racista. Sua produção era diferente da época, já que passava pelo



entrelaçamento entre artes, ativismo e produção científica.

Considerada uma escrita encarnada (Nascimento, 2020), a produção intelectual de Hurston era marcada pelo estilo autobiográfico e se apoiava em seu acesso a materiais advindos de vozes negras marginalizadas (Böschemeier, 2020). Seus escritos, vídeos e performances seriam recuperados e serviriam de referência para movimentos que propõem superar ou que se opõem à modernidade ocidental, como o pós-modernismo e a teoria decolonial, anticolonial e contracolonial. A questão do(a) negro(a), tão atual nos estudos contemporâneos, já era problematizada pela autora. Ela questionava o porquê do desinteresse acerca da vida e das emoções dos negros e defendia a “necessidade de falar dos negros de classe média, de seus relacionamentos afetivos e amorosos, de suas paixões artísticas e de seu cotidiano” (Basques, 2019, p. 104).

Por ser parte do povo negro, seu “objeto de estudo”, Zora Neale Hurston trazia contribuições que questionavam os paradigmas da antropologia de sua época, pois falava sobre a importância de compreender as subjetividades e os indivíduos negros como sujeitos pensantes e produtores de conhecimento. Outra contribuição de Hurston para a disciplina foi o entrelaçamento com a literatura e com os recursos audiovisuais no desenvolvimento das pesquisas. Como dito anteriormente, tais reflexões foram surgindo na disciplina durante o período pós-moderno, mas, já em 1937, Hurston desenvolvia trabalhos antropológicos em que utilizava, como metodologia, recursos literários, artísticos e visuais (Böschemeier, 2021).

Zora Neale Hurston tem inspirado, no Brasil, uma geração de neófitos da Antropologia em diferentes universidades públicas. Em 2017, foi fundado o “Coletivo Negro Zora Hurston”, composto por estudantes de mestrado e doutorado em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Já em 2019, na UFRN, foi realizado o Projeto Recânone, que incluía traduções de suas obras com o intuito aumentar o acesso ao material nas disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Antropologia Social. Essas traduções geraram resultados, já que, em 2022, esses materiais foram utilizados na disciplina de teoria clássica dos cursos de mestrado e doutorado do Departamento de Antropologia da mesma universidade.

A produção da autora reaparece, portanto, no cenário brasileiro da última década, que tem sido marcada pela adoção de ações afirmativas nas universidades públicas. Logo, a retomada de seus escritos se dá em consonância com uma maior presença negra nas instituições de ensino superior, que está organizada em coletivos negros que problematizam os currículos acadêmicos, com o objetivo de visibilizar a contribuição de intelectuais negros e negras (Basques, 2019a).

Outro exemplo de reivindicação para a inclusão de autores negros e negras nos estudos clássicos da Antropologia ocorreu na Universidade do Espírito Santo



(UFES), em outubro de 2017. Estudantes negros e negras de Ciências Sociais se reuniram e escreveram para o departamento solicitando que os professores incluíssem, pelo menos, dois autores negros/as nas ementas do curso. Isso é visto como o resultado da insatisfação pela falta de diversidade racial e gênero nas ementas, seja na graduação ou pós-graduação (Basques, 2019a).

Essa reivindicação por uma transformação das referências não se restringe ao curso de Ciências Sociais da UFES. No primeiro semestre de 2022 da pós-graduação em Antropologia Social na UFRN, a obra de Zora Neale Hurston foi incluída na disciplina de teoria clássica antropológica, assim como a obra de Ruth Landes (1908-1991). Judia, nascida em Nova York, esta foi estudante de Franz Boas e orientanda de Ruth Benedict durante o seu doutorado na Universidade de Columbia. No período do seu mestrado, a autora estudou a organização social e as práticas religiosas de judeus negros no Harlem. Em 1938, teve sua pesquisa financiada para vir ao Brasil estudar o comportamento dos negros no país, seguindo a linha teórica-metodológica da escola de cultura e personalidade. Entretanto, a autora acabou desenvolvendo estudos sobre as mulheres no candomblé.

A mudança de tema gerou uma série de críticas por parte de colegas. Melville Harkovits e Margaret Mead consideravam que Ruth Landes deveria compreender o espaço social, urbano e a prostituição entre negros no Brasil, entendendo essa última categoria como um desvio/desajuste no comportamento do grupo estudado (Corrêa, 2002). Porém, não foi bem isso que Ruth Landes desenvolveu em suas pesquisas. Seu livro *A cidade das mulheres* (2002) foi fortemente influenciado pelos jovens intelectuais que estudavam o universo afro-religioso no Brasil, dentre eles, Edison Carneiro, que foi seu mentor acadêmico no país. A autora não se adaptou às ideias dos padrões culturais esperados por sua orientadora. Sua análise descrevia, na verdade, os significados e papéis das lutas no candomblé afro-brasileiro, em vez da integração e dos padrões culturais comuns ao campo de estudo da escola de cultura e personalidade (Corrêa, 2002).

No que corresponde à sua concepção teórico-metodológica, assim como Zora Neale Hurston, Ruth Landes tensionou o debate entre objetividade/subjetividade. Sua obra articulou, pioneiramente, a análise interligada entre gênero e raça no candomblé. Landes escreveu, de maneira autorreflexiva, o que sua presença gerava nos “nativos”, já que sua pesquisa não era unilateral. Além disso, relatou como sua chegada a Salvador se converteu em um evento público (Landes, 2002).

Landes se posicionava em campo e falava da perseguição que sofreu, pelo governo brasileiro, devido à sua condição de judia e ao seu vínculo com Edison Carneiro, que era comunista. Contava em primeira mão como a polícia considerava suas atividades profissionais como “espionagem”. A autora, em seu livro, também narrou

como foi instruída por Carneiro no que diz respeito ao seu comportamento em campo, em relação ao que deveria vestir, calçar ou até como deveria se comportar durante as refeições, para que as mulheres negras não falassem mal dela (Landes, 2002).

Somada a isso, a suposta harmonia racial existente no Brasil foi mais um pressuposto teórico da autora. Para ela, este era um país em que as “diferentes raças poderiam viver juntas, de maneira civil e proveitosa” (Landes, 2002, p. 34). Essa afirmação comungava com o pensamento que marca essa geração de intelectuais e que depois cristalizaria e naturalizaria o mito da democracia racial no Brasil. Naquele momento, havia um debate nacional e internacional sobre as relações raciais nas Américas e estudos emergentes sobre a diáspora africana, que reforçavam a ideia do Brasil harmonioso racialmente, principalmente em comparação com o segregacionismo norte-americano. Acadêmicos como Du Bois, Donald Pierson e Frazier, por exemplo, também acreditavam no pensamento da democracia racial à brasileira (Corrêa, 2002).

Em suma, Ruth Landes trouxe grandes contribuições sobre a etnografia e o processo autorreflexivo de inserção do antropólogo no campo estudado. Sua escrita emergia de sua subjetividade na relação entre sujeito/objeto que foi tecida ao longo de seu trabalho de campo. O encontro do Eu com o Outro conduziu a autora a pensar sobre ela mesma, em um processo que era também de escrita sobre si.

Além disso, as escritas de Ruth Landes e Zora Neale Hurston devem ser consideradas posicionadas, já que não partiram da suposta neutralidade, mas reivindicaram seus lugares como mulheres. Ruth Landes trouxe visibilidade às mulheres (mães de santo) no candomblé em um contexto científico e acadêmico machista e racista que era representado pelos escritos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos no Brasil e Melville Herskovits nos Estados Unidos. Já Hurston posicionou o pensamento dos negros no fazer antropológico, nos provocando em uma escrita que não era branca.

Landes e Hurston contribuíram com a revitalização da construção narrativa na antropologia através da utilização da pesquisa de campo, da perspectiva de estudos comparativos com sensibilidade para a questão da mulher e do papel do indivíduo pesquisado na construção do conhecimento. Elas falavam das suas impressões, sensações e sentimentos em campo, o que enriquecia a narrativa antropológica. Considero que Ruth Landes e Zora Neale Hurston anteciparam o que Clifford Geertz falou sobre a importância de trazer ao texto as visões e interpretações dos “nativos”, o que autorizaria o pesquisador a desaparecer do texto na narrativa exposta (Geertz, 1989). Nesse sentido, ambas autoras transmitiram, em seus textos, elementos narrativos que colocavam a relação de pesquisa em sua dimensão de negociação, e atravessamentos que foram construídos por meio de processos contínuos de aproximação e diferenciação. Suas produções acadêmicas tensionavam e explicitavam a



relação desigual estabelecida entre antropólogos e seus interlocutores, algo que foi retomado pela antropologia pós-moderna (Bemerguy, 2021).

Existiu um nítido apagamento e uma ausência das produções acadêmicas de Zora Neale Hurston e de Ruth Landes na antropologia clássica. A primeira autora morreu quase em total anonimato, enterrada como indigente em sua própria comunidade. Já Ruth Landes não teve o mesmo final, pois conseguiu posteriormente o devido reconhecimento acadêmico, porém, sua obra continuou, de alguma forma, marginalizada. Uma sofreu com o racismo e sexismo estrutural da sociedade norte-americana das décadas de 1930 e 1940, enquanto a outra sofreu com a perseguição aos comunistas e aos judeus, no mesmo período em que foi alvo do governo de Getúlio Vargas durante sua estada no Brasil. Além disso, Ruth Landes recebeu comentários de misóginos e machistas que menosprezavam seu trabalho devido ao romance que teve com seu colega e mentor Edison Carneiro. A autora recebeu diversos questionamentos sobre sua vida pessoal, já que se divorciou e viajou sozinha para o Brasil para realizar sua pesquisa. Por conta disso, foi difamada como sendo uma mulher imoral.

Em conclusão, tais estigmas a respeito das autoras as afastaram do campo do pensamento antropológico, mas as novas gerações enfatizam a relevância de suas obras, as quais têm servido de inspiração para novos(as) antropólogos(as) que estão construindo outros saberes nas universidades brasileiras.

ANTROPÓLOGAS INDÍGENAS E SUAS COMUNIDADES

A leitura de mulheres como Ruth Landes e Zora Neale Hurston na disciplina de teoria clássica, em 2022, me levou a um questionamento: se, na ementa de teoria clássica, passaram a ser incluídas duas mulheres que anteriormente não eram consideradas “clássicas”, será que na disciplina obrigatória que viria a seguir, de teoria contemporânea, iríamos ler antropólogas indígenas? Essa pergunta veio, sobretudo, porque meu tema de pesquisa, no primeiro semestre, era sobre as mulheres indígenas antropólogas. Eu me questionava sobre quais seriam as mudanças da participação de mulheres indígenas na antropologia no lugar de pesquisadoras – e não mais como sujeitos pesquisados.

Sabemos que a presença de estudantes indígenas e negros nas universidades públicas brasileiras vem crescendo na última década. De acordo com Felipe Cruz (2017), a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, “configurou-se como uma grande conquista, uma vez que regulariza a necessidade e manutenção dessas iniciativas que passaram, assim, de experimentos isolados a políticas obrigatórias nas



Instituições Federais de Ensino Superior” (Cruz, 2017, p. 95).

Entretanto, essa presença ainda não é refletida nas leituras e estudos dos cursos de Ciências Sociais e Antropologia como desejamos que seja. É partindo da necessidade, não apenas de incluir indígenas e negros nas universidades, mas de valorizar suas epistemologias e de dar importância teórica às suas contribuições no campo da antropologia, que escrevo esta seção, com o intuito de abordar a trajetória pessoal e intelectual de duas mulheres indígenas.

Tayse Michelle Campos da Silva nasceu e mora na Comunidade Indígena do Amarelão, localizada no município de João Câmara, Rio Grande do Norte. Filha de líderes indígenas, desde 2009 tem atuado em sua comunidade e no movimento indígena em diferentes níveis – local, regional e nacional. Foi coordenadora da Microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígena do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) no Rio Grande do Norte entre 2009 e 2015. Também foi representante da APOINME na Comissão de Educação Escolar Indígena do Conselho Nacional de Educação (CNE) e participou de outros espaços organizativos. Sua trajetória acadêmica iniciou-se com a graduação em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2013.

Tayse da Silva defendeu sua dissertação de mestrado em Antropologia Social na UFRN, onde foi orientada pelo professor Glebson Vieira. Seu trabalho, intitulado *Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte*, foi reconhecido com o prêmio de melhor dissertação em 2021 pelo PPGAS da UFRN. A autora se situa no texto como mulher indígena, mãe de quatro filhos, liderança comunitária indígena, historiadora e antropóloga. A transversalidade no desempenho de diferentes marcadores sociais atravessa sua escrita e seu olhar sobre como fazer e para que serve a antropologia. Ademais, Tayse da Silva evidencia a importância de que mulheres indígenas ocupem cada vez mais os espaços acadêmicos que ainda são territórios em disputas, já que estes mantêm a predominância da lógica branco-cêntrica e euro-centrada.

Sua escrita reflexiva parte da sua vivência comunitária e organizativa, que enuncia o compromisso político de que suas contribuições não sejam exclusivamente acadêmicas, mas que haja um retorno efetivo para seu povo e para os povos indígenas de modo geral. Existe também uma forte preocupação em entrar no “mundo dos brancos” e transitar entre duas culturas, sem perder de vista os elementos culturais que conformam sua cosmovisão e sua forma de produzir conhecimento, partindo da oralidade. Esse esforço de ser de dois mundos levou Tayse da Silva a construir diálogos possíveis com princípios da antropologia política, assim como com os estudos de gênero, do movimento indígena e do feminismo comunitário (Silva, 2021). Ao refletir



sobre ser uma mulher indígena, a autora afirma que

[...] ser mulher interfere bastante, por exemplo, nos meus posicionamentos sobre vários temas históricos. Sinto uma inquietação ao constatar a necessidade de uma escrita acadêmica contemporânea sobre a história das Mulheres indígenas no estado, mas não só contemporânea, faltam trabalhos acadêmicos sobre a história das Mulheres indígenas (Silva, 2023, p. 131).

De modo a compreender as várias estruturas das relações de poder e seus significados para suas interlocutoras, a autora afirma que utilizou o método considerado clássico na antropologia, a observação participante. Além disso, adotou uma perspectiva comparativa que possibilitou não só entender as representações e práticas políticas de seu grupo, mas também as relações desse grupo com a sociedade mais ampla. Tal pressuposto, elaborado por Malinowski (1984), foi reatualizado conforme o contexto da autora, já que ela também é integrante do grupo pesquisado e, no momento em que desenvolveu o seu trabalho de campo em 2021, enfrentávamos o segundo ano da pandemia de Covid-19. Suas entrevistas, a princípio, seriam realizadas virtualmente via aplicativos como *WhatsApp* e/ou *Google Meet*; entretanto, com a flexibilização da quarentena e em diálogo com suas interlocutoras, preferiu realizá-las presencialmente.

A relação de proximidade e de parentesco com as participantes da pesquisa lhe permitiu fácil acesso, e ainda “ter a confiança” do grupo estudado. Sua posição de liderança e trajetória de mais de dez anos no movimento indígena lhe dava acesso privilegiado a documentos como atas de reuniões, cartas-manifestos, declarações, entre outros arquivos elaborados pelas organizações. Mesmo assim, o exercício de antropóloga, de estar anotando e ouvindo ao mesmo tempo as mulheres participantes, fez a autora perceber que gerava um certo constrangimento na hora da entrevista. Em suas palavras: “o fato de eu estar anotando e ouvindo ao mesmo tempo, para mim, fazia parecer que eu não estava totalmente atenta à fala da interlocutora, isso pode ter sido só impressão minha” (Silva, 2021, p. 18-19).

Os estudos de gênero e do movimento indígena compuseram a revisão bibliográfica da autora. Seu interesse no papel da mulher indígena no interior das comunidades e também seu protagonismo nas organizações sociais com projeção para a sociedade geral levaram a autora a dialogar com Ângela Sacchi, que fala sobre o processo organizativo e político das mulheres indígenas da Amazônia desde a década de 1980. A autora também utiliza o feminismo comunitário apresentado pela antropóloga Kaingang Ana Torres, ao refletir sobre a desigualdade de gênero nas comunidades até mesmo antes da colonização. Segundo Silva (2021), o feminismo comunitário propõe uma pauta indígena coletiva, portanto, as relações de gênero



devem ser problematizadas interna e externamente, como uma busca por soluções em um sentido amplo, que deve incluir homens e mulheres.

O reconhecimento das formas de organização e de luta políticas das mulheres indígenas no território Mendonça é uma das principais contribuições de Tayse da Silva. Ademais, sua pesquisa contribuiu para a desconstrução dos estereótipos sobre os povos indígenas, sobretudo em relação às mulheres indígenas do Nordeste brasileiro (Silva, 2021). Desse modo, a autora ressalta que a atuação política e resistência das mulheres indígenas nas comunidades Mendonça são exemplos de feminismo comunitário. Assim, reafirma a importância de que mais mulheres indígenas tenham um papel transversal e que ocupem espaços políticos e acadêmicos, construindo a ciência a partir de seus saberes, vivências e conhecimentos comunitários (Silva, 2021).

Na trajetória acadêmica de Tayse da Silva, existiu uma série de dificuldades, entre elas, a de adaptar-se ao mundo acadêmico, já que se sentia diferente, como se aquele não fosse seu espaço. Pensou várias vezes em desistir, mas recebeu apoio de seus familiares e colegas de mestrado para seguir seus estudos. Em seu caso, não havia a possibilidade de dedicação exclusiva à vida acadêmica, como acontece com outros estudantes, já que possuía uma tripla jornada de mãe, estudante e militante-liderança comunitária. Por fim, essa, sem dúvida, não foi uma realidade apenas de Tayse da Silva, mas de várias estudantes e intelectuais indígenas que, ao saírem de seus territórios para estudar, se depararam com um sistema educacional racista, o que acaba por afetar diretamente a saúde física, emocional e mental.

Ainda nesta seção, é preciso comentar a trajetória de Sandra Benites, autora que nasceu em 1975 no território indígena Porto Lindo, município de Japorã, Mato Grosso do Sul. Ela se apresenta como mãe, pesquisadora, educadora, antropóloga, curadora de artes indígenas em museus, ativista Guarani e “*kunhã py’a guaxu* – mulher com sentimento de coragem” (Benites, 2018, p. 16). Seu mestrado em Antropologia foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação de Bruna Franchetto, com o tema *Viver na língua Guarani Nhandewa (Mulher falando)*, defendido em 2018. Desde 2019, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) no Museu Nacional da UFRJ (Andrade Neto; Sousa, 2021).

Sandra Benites também se posiciona como feminista comunitária e apresenta seus pressupostos teórico-metodológicos a partir da sabedoria Guarani Nhandewa. A antropóloga relata que seu trabalho é baseado na cosmologia de seu povo, contada pelas próprias mulheres indígenas. Em sua escrita, os ensinamentos de sua mãe (*sy*) e de sua avó (*djary*) são valorizados e servem de instrumentos para pensar a tradição guarani.



Sua dissertação estabelece conexões entre a cosmovisão dos Guarani Kaiowá e dos Guarani Nhandewa. Nesse sentido, as histórias de vida familiares e comunitárias compõem os sistemas de ensino-aprendizagem e, por isso, fazem parte de seu embasamento teórico-metodológico (Benites, 2018). Sandra Benites reflete sobre seu convívio na cidade com a sociedade dos *juruá* (não indígenas). Se, por um lado, encontrou oportunidades de ter acesso a outros conhecimentos, opiniões e ideias sobre as demandas indígenas, por outro, também passou a compreender melhor o modo de ser, agir e pensar dos pesquisadores e agentes não indígenas ligados às universidades e ao Estado.

A concepção filosófica e teórica de que as experiências vividas são contadas pelas histórias Nhandewa, e, portanto, são base para a formação de condutas, crenças e personalidades que são compatíveis e adaptáveis a cada “*teko* (modo de ser e de viver)” (Benites, 2018, p. 5), passa a ser fundamental para entender seu povo. Em sua pesquisa, ela ressalta que, para conhecer o povo Guarani Nhandewa, é preciso decifrar o corpo da mulher guarani (*kunhã rete*), pois nele estão imbricados elementos como sabedoria, território e língua (Andrade Neto; Sousa, 2021).

Em relação às dificuldades enfrentadas, Sandra Benites conta que as mulheres Guarani Nhandewa vivem temporalidades diferentes em seus corpos, se comparadas com as mulheres não indígenas. Elas respeitam seu sangue, seu período de gravidez; e, muitas vezes, a vida nas cidades e nas universidades ferem suas dinâmicas culturais próprias: “os lugares que as mulheres ocupam nas instituições, os lugares onde elas circulam na sociedade *juruá*, não são pensados para o corpo de uma figura mulher” (Benites, 2018, p. 9).

Sandra Benites sente que não perdeu suas raízes durante esse processo intercultural, por tê-las fortalecido desde a infância. Isso é importante para a autora, visto que um dos principais desafios de ocupar esses espaços é justamente não perder seus vínculos de origem. Nesse sentido, segundo ela, ter a raiz fortalecida é o segredo para enfrentar os adoecimentos e desafios na sociedade não indígena (Benites, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da alteridade na escrita de mulheres é um dos aspectos que passou este trabalho. Falar de si para pensar a construção do Outro ou falar do Outro que não é tão distante de si são algumas das contribuições da antropologia que, como vimos, já estavam presentes no período clássico, por meio das vozes de Zora



Neale Hurston e Ruth Landes. Incorporar e potencializar nossas experiências, como mulheres negras, indígenas, rurais, quilombolas que também são antropólogas, é o que dará sustentação para uma produção de conhecimento com um devir formativo, reflexivo e aberto para a multiplicidade de olhares e saberes (Nascimento, 2020).

É fundamental reconhecer que produzimos conhecimento antropológico na pluralidade, seja através das histórias de vida dos nossos mais velhos e mais novos, seja através do nosso cotidiano. Corpos e escritos que anteriormente estavam colocados às margens pela modernidade ocidental agora estão sendo recuperados nas ementas dos cursos e estão compondo nossa formação profissional no campo da antropologia. O desafio agora é incorporar métodos e referências conceituais que nasçam, cada vez mais, de corpos indígenas, negros e periféricos, para transformar a universidade e a ciência antropológica em instrumentos para a construção de um mundo emancipado.

Incluir, nesta análise, autoras renomadas como Margaret Mead e Ruth Benedict, juntamente com outras antropólogas que foram marginalizadas e negligenciadas, como Zora Neale Hurston e Ruth Landes, além de antropólogas indígenas contemporâneas, menos conhecidas pela maioria dos(as) antropólogos(as) e estudantes no Brasil, possibilitou reexaminar a definição de clássicos e de contemporâneos. Essa abordagem também permitiu a atualização do que merece ser explorado e debatido nas disciplinas de antropologia nas universidades brasileiras.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE NETO, Alberto Luiz de; SOUSA, Alexsander Brandão Carvalho de. Sandra Benites. In: **Enciclopédia de antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2021. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/sandra-benites>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BASQUES, Messias. Zora Hurston e as luzes negras das Ciências Sociais. **Ayé: Revista de Antropologia**, Acarape, v. 1, n. 1, p. 102-111, 2019a. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/288>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BASQUES, Messias. Diários de antropologia griô: etnografia e literatura na obra de Zora Hurston. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 23, n. 30, p. 316-326, 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/download/244086/35030>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BEMERGUY, Telma. Lendo Zora Hurston: a obra *Mules and Men* e sua relação com a teoria e a história da antropologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/183139>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BENEDICT, Ruth. Configurações culturais na América do Norte. In: CASTRO, Celso (org.). **Cultura e personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 66-109.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. 3. edição. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani Nhandewa (mulher falando)**. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; CABANILLAS, Natalia; ERICKSON, Sandra S. F.; BARBOSA, Victória Días; NASCIMENTO, Fernanda Ferreira do; COSTA, Mikaelle Thaisa da; FREIRE, Fídias Cavalcanti. A tradução de Zora Neale Hurston para o cânone antropológico: Práticas de extensão desde uma perspectiva feminista e interseccional. **Mutatis Mutandis**, Medellín, v. 13, n. 2, p. 228-254, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4992/499272738003/499272738003.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRANCO, Louise Caroline G.; BEZERRA, Cristina Diógenes Souza; FLORES, Eugenia; BEZERRA, Telma Jordânia Rodrigues; REIS, Izis Morais L. dos; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; CABANILLAS, Natalia. A escrita feminina nos ‘clássicos’ antropológicos do Sul: uma reflexão anticânone. **Epistemologias do Sul**, Foz de Iguaçu, v. 2, n. 1, p. 66-100, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/867>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epis-



témico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR, Las Segovias. **Feminismos Diversos: el feminismo comunitario**. Las Segovias: ACSUR, 2010. p. 11-25. Disponível em: <http://suds.cat/wp-content/uploads/2016/01/Feminismos-diversos-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação com ênfase na área de Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Celso. **Cultura e personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORRÊA, Mariza. Esboços no Espelho. In: LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 9-22.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 93-108, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949/14237>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FELIPPE, Mariana Boujikian; OLIVEIRA-MACEDO, Shislene de. Margareth Mead. In: **Enciclopédia de antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/autor/margaret-mead>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FRANCH, Mónica; NASCIMENTO, Silvana. A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018). **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 92, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/506>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balineses. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 278-321.

GUIMARÃES, Clara; OLIVER, Graciela de Souza. Ciência feminista, história e epistemologia. In: MOURA, Breno Arsioli; FORATO, Thais Cyrino de Mello (org.). **Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte: ensaios para a formação de professores**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017. p. 237-253. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8938t/pdf/moura-9788568576847-13.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HURSTON, Zora Neale. O sistema ‘negro de estimação’. **Ayé: Revista de Antropologia**, Acarape, edição especial, p. 92-100, 2021a. Disponível em: <https://testerevistas.unilab.edu.br/index.php/Antropologia/article/view/652>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HURSTON, Zora Neale. **Seus olhos viam Deus**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021b.

HURSTON, Zora Neale. **Barracoön: the story of the last ‘black cargo’**. New York: Amistad, 2018.

HURSTON, Zora Neale. **Tell My Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica**. New York: Perennial, 1938.

HURSTON, Zora Neale. **Mules and Men**. New York: Perennial Library, 1935.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.



MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 13-46, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MEAD, Margaret. **Coming of Age in Samoa**. Harmondsworth: Penguin books, 1943.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue**. 2019. 184f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MESSEDER, Suely. Em cena o(a) pesquisador(a) encarnado(a): um conceito e/ou instrumental teórico-metodológico em seu devir ético e estético. In: MESSEDER, Suely; NASCIMENTO, Clebemilton. **Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagem no saber fazer das ciências**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 45-70.

NASCIMENTO, Clebemilton. Experimentações, apostas, conexões teóricas e pessoais de um pesquisador encarnado. In: MESSEDER, Suely; NASCIMENTO, Clebemilton. **Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagem no saber fazer das ciências**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 261-290.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 459-484, ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Produções: Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Lelia Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH Unicamp, 2002. p. 7-42.

SARDENBERG, Cecília Maria. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? **Estudos Feministas (Online)**, v. 11, p. 1-45, 2007.

SILVA, Tayse Michelle Campos da. Depoimento Tayse Silva Potiguara. In: FAULHABER, Priscila. **Artesãs do conhecimento: Depoimentos de pesquisadoras indígenas**. Brasília: ABA Publicações, 2023. p. 130-139.

SILVA, Tayse Michelle Campos da. **Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte**. 2021. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

